

Entre o dissenso e o pathos: descortesia e ethos*

Between dissense and pathos: impoliteness and ethos

Isabel Fuzeta GIL (FLUC)
itmgil@sapo.pt

Recebido em: 20 de jan. de 2022.
Aceito em: 02 de mar. de 2022.

* Palestra, IV Workshop de Linguística Textual, Texto e Interações digitais, Universidade Federal do Ceará, 17-20 de maio de 2021 (online).

GIL, Isabel Fuzeta. Entre o dissenso e o pathos: descortesia e ethos. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 12, n. esp., e2410, p. 135-154, out./2022. DOI: 10.22168/2237-6321-2410.

Resumo: Neste artigo debruçar-nos-emos sobre os jogos / as estratégias de influência desenvolvidas no discurso político, de acordo com as teorizações de Charaudeau (2005, 2007, 2008). Suscita-nos particular interesse o discurso marcado por traços de polemicidade, frequentemente assente na dicotomização e na polarização (AMOSSY, 2010, 2014). A esta estruturação textual/discursiva não é, de modo algum, estranha a desqualificação e, no extremo, a diabolização do Outro, envolvendo a realização (estratégica) de atos ilocutórios caracterizados pela impolidez no conflito (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017). Por outro lado, entre o convencer/persuadir aflora à superfície textual a manifestação linguística das emoções (PLANTIN, 2011) ao serviço do “contrato de comunicação”, no seio do dissenso. Com efeito, a patemização do discurso condiciona a reação dos interlocutores em determinadas situações. Tais aspetos enunciativo-pragmáticos e retóricos marcam o discurso político português (MARQUES, 2000): o discurso referendário (GIL, 2018, 2021) em torno de temas sensíveis é não apenas agónico, mas extremamente marcado pelo *pathos*. Cabe perguntar como no discurso político se articulam agonismo e violência verbal com a construção de um *ethos* credível e legítimo.

Palavras-chave: Contrato. Polémica. Impolidez. *Ethos*.

Abstract: Our aim is to focus on the strategies of influence developed in political discourse, drawing on the theoretical work by Charaudeau (2005, 2007, 2008). The discourse marked by polemical traces is particularly interesting, while based on dichotomisation and polarisation (AMOSSY, 2010, 2014). This textual/discursive structure often entails the Other's disqualification and even demonisation, accompanied by (strategic) illocutionary acts characterized by impoliteness within conflictual interactions (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017). On the other hand, convincing and persuading are accompanied by emotions (PLANTIN, 2011) within the "contract of communication" and dissent. In fact, discursive pathemisation influences the way interlocutors react. These enunciative and rhetorical features characterize Portuguese political discourse (MARQUES, 2000): discourse at the centre of referendums (GIL, 2018, 2021) concerning sensitive topics is agonistic and, moreover, marked by emotions. It is worth analyzing how in political discourse agonism and verbal violence marry with the projection of a credible and legitimate *ethos*.

Keywords: Contract. Polemic. Impoliteness. *Ethos*.

Introdução

Neste artigo, pretendemos focar-nos sobre os jogos de estratégias e de influências desenvolvidos no discurso político. Ao falar de discurso político, referimo-nos não apenas ao discurso político em sentido estrito, mas também ao discurso que extravasa para os meios de comunicação mais diversos, incluindo o digital, isto é, para a esfera pública.

Em particular, reveste-se de particular interesse o discurso marcado por traços de polemicidade ou "policimêmes", no dizer de Kerbrat-Orecchioni (1980). Assim sendo, debruçar-nos-emos sobre alguns textos publicados na imprensa escrita em Portugal, bem como as transcrições oficiais de debates ocorridos na Assembleia da República Portuguesa a propósito de várias propostas de alteração da chamada lei da IVG (GIL, 2021). Essas propostas deram azo a dois momentos de acesa polémica, acabando o Parlamento por decidir realizar duas consultas referendárias, em 1998 e 2007, algo inédito na cena política portuguesa.

Tendo alguns movimentos políticos sugerido que o resultado do primeiro referendo não teria sido vinculativo, dado o elevado grau de abstencionismo, decidiu a Assembleia da República aprovar novo referendo, curiosamente — porque alvo de contestação — mantendo a pergunta já usada em 1998 nos boletins de voto, dando origem a episódios rodeados de forte agonismo.

Enquadramento teórico

Reconhecendo com Fonseca (1992, p. 253 e ss.) que a língua incorpora as suas condições de uso e que nela se inscreve uma vocação marcadamente dialógica, interativa, e que “se constitui como a memória dos usos que aos signos foram e são dados na diversidade dos discursos” (FONSECA, 1992, p. 261), assumiremos com este A. a necessidade de passar do domínio da língua para o domínio do discurso, para uma Linguística do uso / funcionamento do discurso; é no plano do discurso que se compendiam, para além da voz do Locutor (o EU da enunciação), a voz do Alocutário, as vozes que atravessam os discursos (polifonia), os saberes enciclopédicos, os saberes doxais e ainda outros discursos já ouvidos, que se repetem e se transformam.

O “contrato de comunicação”

A noção de “contrato de comunicação” proposta por Charaudeau (2005, 2006, 2007, 2015) permite-nos abordar qualquer ato comunicativo como uma prática social em que a intercompreensão é determinada por fatores como a identidade dos coenunciadores e o propósito da sua troca verbal, bem como pela situação de comunicação. Falamos de coenunciadores, porque a atividade comunicativa¹ envolve, com efeito, não apenas o locutor, mas também o alocutário: é que o objetivo perseguido pelo locutor subjaz à atitude enunciativa, em função do efeito visado.

O conceito de “contrato” liga-se ao de “*mise-en-scène*” ou encenação, ligado à “situação de enunciação”, lugar onde o sujeito dispõe de liberdade de escolher as suas estratégias, ainda que a “situação de comunicação” lhe imponha alguns constrangimentos decorrentes da identidade de quem fala, da sua legitimidade e do papel que desempenham os sujeitos falantes e dos objetivos que se propõem atingir. Assim, diz Charaudeau (2015) que o discurso político se caracteriza pela instância do poder, da oposição, da cidadania, mediatizada pelos meios de comunicação; como finalidade temos a tentativa de persuadir a intervir num processo de mudança política.

Estas condições globais de ordem situacional articulam-se com um plano mais específico em que se definem as variantes do contrato: é deste modo que o discurso político se pode apresentar como

¹ Cada situação comunicativa poderá convocar mais do que uma finalidade, de entre as quais uma se destacará.

uma alocução, um debate ou uma carta aberta. Por outras palavras, os constrangimentos mencionados acima determinam o contrato, mas a composição textual-discursiva depende do sujeito enunciador. Daí que se possa falar de discursos políticos dentro do discurso político.²

No caso de que nos ocupamos — os discursos em torno de um referendo —, acontece que alguns textos tomam a forma de uma narrativa, tomando como objeto do discurso a mulher. As estratégias empregadas são distintas, na medida em que o objetivo ilocutório de cada locutor é distinto: assim, num caso assume particular saliência o relato (fictício) de uma jovem cujo percurso de vida é retoricamente *exemplum* do sofrimento de quem não tem poder de escolha. O efeito de patemização (CHARAUDEAU, 2000) visa à adesão do alocutário / destinatário à tese proposta, apelando à **sim**-patia. No segundo caso, deparamo-nos com uma narrativa que, tendo por objeto do discurso a mulher, faz ouvir a voz de uma testemunha dos horrores associados ao aborto — testemunha que projeta um *ethos* de credibilidade, porque, como deputada, **viu** a realidade das mulheres que defende e porque, justamente por essa razão, mudou de campo (GIL, 2013, 2017).

De acordo com a situação de comunicação, o sujeito falante constrói a imagem do EU e do TU, escolhendo papéis enunciativos (modo enunciativo, alocutivo ou delocutivo), de acordo com as normas estabelecidas em cada grupo social (CHARAUDEAU, 1991).

Há ainda a considerar, segundo Charaudeau (2005), que o sujeito falante recorre a três tipos de “memória”, a fim de construir o sentido e comunicar os seus objetivos:

a) uma “memória dos discursos”, sendo que os discursos constituem repositórios de conhecimentos e crenças do mundo representativos de comunidades “discursivas”; é esta memória que une os sujeitos de uma dada comunidade, partilhando sistemas de valores, crenças de ordem ética ou política.

b) Uma “memória das situações de comunicação”, que regula as interações verbais; é este tipo de memória que leva os sujeitos a reconhecer aquilo de que se fala e a estabelecer contratos de comunicação; assim, um discurso será *a priori* reconhecido como um debate ou uma entrevista, ou, no âmbito do discurso político, como um panfleto, uma manifestação ou um debate.

² É esta dinâmica entre o plano da enunciação integrado no plano social que leva o A. a postular uma análise do discurso “sóci-discursiva”.

c) Finalmente, é uma “memória dos signos” que permite ao sujeito a apreensão do modo de dizer, levando à constituição de comunidades de um “*savoir dire*”, de forma a escolher as estratégias discursivas mais adequadas aos seus objetivos.

Definido desta forma o contrato de comunicação, claramente são os objetivos ilocutórios, que projetam um jogo de influências, aqueles que determinam as estratégias de argumentação. Sustenta Charaudeau que o ato de argumentar é dominado pelo princípio de influência, determinante da finalidade ou objetivo (“*visée*”) do locutor. Do ponto de vista argumentativo, propõe-se um conjunto de pontos de vista a um alocutário, problematizando, posicionando-se e apresentando provas. Essa problematização, os argumentos e provas apresentados têm em conta a imagem do alocutário, cuja reação o locutor procura antever de modo a invalidar a contra-argumentação do adversário.

É neste reconhecimento da alteridade que, na senda do dialogismo bakhtiniano, se legitima a voz do EU.

O ato de problematizar constituirá um “fazer-saber”, que deve levar o alocutário a questionar as causas ou consequências de um facto e ainda o direito de o locutor se dirigir ao alocutário. O jogo de influências e de efeitos visados que leva o locutor a construir discursivamente representações mentais, posicionamentos ideológicos e actantes envolvidos numa dada situação comunicativa desvela o poder da palavra. Daí que Charaudeau (2006) proponha que a análise do discurso deve ser feita sob o prisma de uma problemática da influência.

Vale dizer que, neste jogo de influências, ganham particular saliência a projeção de uma imagem de si que seja legítima, detentora de autoridade e credibilidade para captação do(s) destinatário(s); por outro lado, destacam-se correlativamente a descredibilização e desqualificação da imagem do adversário — note-se que estamos no domínio da polémica. Ou seja, está em jogo o *ethos* de quem fala, mas o *pathos*, as emoções ou estados passionais convocados, podem também simultaneamente encarecer o *ethos* tal como podem denegrir a imagem do adversário: perante um cenário disfórico, valoriza-se quem demonstra **sim-patia** (CHARAUDEAU, 2000) e desvaloriza-se a imagem de quem não se deixa emocionar perante um quadro disfórico.

Neste sentido, cabe convocar a noção de “esquematisação” de Grize (1997): para modificar ou, pelo contrário, ratificar um conjunto de valores axiológicos, de saberes doxais no seio de uma comunidade, “dá-se a ver” uma situação de modo a atingir o(s) objetivo(s) pretendidos,

e mesmo determinadas reações, pela atividade argumentativa (nas suas dimensões ilocutória e perlocutória).

Há que levar a crer, apresentando provas, de modo que o alocutário seja levado a acreditar na representação oferecida pelo locutor.

Qualquer sujeito argumentativo é, portanto, levado a escolher argumentos que desempenhem um papel de garante do raciocínio. Por meio dessa atividade, ao mesmo tempo que tenta validar o seu raciocínio, revela o seu posicionamento face aos sistemas de valores que circulam na sociedade a que pertence (CHARAUDEAU, 1998)³

É o “contrato de comunicação” que define a argumentação: a escolha do tema, o lugar dos interlocutores (lugares de simetria ou assimetria), a finalidade e o propósito, a construção dos objetos do discurso constituem os parâmetros envolvidos na atividade comunicativa, tal como referido anteriormente.

A atividade argumentativa e a gestão do dissenso

Plantin (2011) apresenta um modelo dialogal da atividade argumentativa; no entanto, dado que a argumentação é uma atividade de natureza dialógica (tal como a atividade comunicativa em geral), adotamos esse modelo para a descrição / esquematização dos elementos envolvidos na dinâmica de argumentar.

Segundo este A., para se falar em argumentação, é necessário que haja um Proponente e um Oponente. O primeiro propõe um tema e uma questão desencadeadora do debate — estas são as condições pragmáticas de disputabilidade de uma dada proposição (PLANTIN, 2002).⁴

Este dispositivo discursivo-argumentativo obriga os intervenientes a um posicionamento, uma atividade cognitiva que, segundo Plantin, corresponde a entrar discursivamente no mundo da causalidade, eventualmente entrando no domínio das “causas profundas” ou no domínio da previsão (consoante os esquemas de raciocínio escolhidos).

³ No original: “Tout sujet argumentant est donc amené à choisir des arguments qui jouent un rôle de garant du raisonnement. Par cette activité, tout en tentant de valider son raisonnement, il révèle en même temps son *positionnement* vis à vis des systèmes de valeurs qui circulent dans la société à laquelle il appartient”. (CHARAUDEAU, 1998)

⁴ No original: “conditions pragmatiques de “disputabilité” d’une proposition donnée”. Tradução nossa.

Como foi já referido, as estratégias para persuadir dependem da legitimidade do locutor, que poderá assumir uma voz institucional ou pessoal, de autoridade, etc.

Não raro o locutor se vê forçado a justificar o seu discurso — e, como se sabe, a atividade discursiva prevê o contradiscurso, contendo em si **a imagem que o locutor faz do alocutário e aquela que imagina que o alocutário tem de si**. Quer se questione a imagem do Oponente ou os valores que sustentam o seu ponto de vista, quer se adote ou não uma estratégia tendencialmente patémica, é inquestionável que o discurso assume sempre uma dimensão polémica.

Aliás, a plurivocidade caracteriza genericamente a atividade discursiva:

Muitas vezes, o Locutor suscita essas vozes para nelas se apoiar, mas fá-lo não raro para as anular ou para, após uma fase de acordo, as orientar ou delas se servir para outras conclusões ou rumos argumentativos. No fundo, e quase regularmente, para delas se distanciar. (FONSECA, 1992, p. 275)

Ou seja, o discurso é, por natureza, argumentativo.

Retomando a questão da polémica, tendo em conta que se trata de uma modalidade que implica necessariamente o dissenso, será expectável que Proponente e Oponente tentem desacreditar ou desvalorizar os respetivos discursos.

Abordando o texto/discurso na óptica do “contrato de comunicação”, Charaudeau toma os constrangimentos impostos pela situação de comunicação como determinantes para o reconhecimento de uma atividade comunicativa como narrativa ou argumentativa, considerando que os textos relevam frequentemente de tipos diversos e que os géneros se definem sobretudo pelas circunstâncias materiais mais do que pelos modos de organização discursiva. É, pois, a “*mise en scène discursive*” ou encenação (CHARAUDEAU, 2007) a questão fundamental a analisar no que à atividade argumentativa concerne⁵. A relação EU-TU, a regulação das trocas verbais e ainda os saberes partilhados são dimensões básicas na eficácia desse contrato comunicacional.

O poder da palavra revela-se no jogo de influências e de efeitos visados que leva o locutor a construir discursivamente representações mentais, posicionamentos ideológicos e actantes envolvidos numa dada

⁵ O conceito de “contrato” liga-se desta forma à problemática dos tipos e géneros (ou géneros e subgéneros), elencados por Charaudeau como publicitário, informativo, entrevista, crítica cinematográfica e situação em sala de aula (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 141).

situação comunicativa. Trata-se, pois, de analisar o discurso à luz de uma problemática da influência, como refere Charaudeau (2006).

Articulando-o ao *logos* e ao *ethos*, alguns autores têm vindo a dedicar-se ao estudo do *pathos* no âmbito do discurso de cariz persuasivo.

Segundo Plantin, um discurso sem emoções é um discurso patológico, alexitímico; as emoções são potencialmente geradoras do dissenso e do conflito. No quadro de um debate marcado pelo agonismo, reveste-se de particular interesse analisar o modo como as emoções se constroem no e pelo discurso.

Outros autores, como Amossy (1999, 2000, 2008, 2014), consideram o *pathos* como estando entrosado no *ethos*: as emoções construídas no discurso refletem-se no *ethos* do locutor. Nesse sentido, Plantin fala da “estrutura patémica do *ethos*”; o *pathos* participa da construção da imagem de Si e, conversamente, da imagem do Outro.

Tal como em Gil (2018, 2021), advogamos a opinião de Amossy, segundo a qual a gestão verbal do conflito dá lugar à coexistência no dissenso (AMOSSY, 2011). No *corpus* analisado, o posicionamento de Marc Angenot (2008, 2012) quanto à polémica como um “diálogo de surdos” ou uma retórica “antilógica” parece fazer todo o sentido, já que não há comunhão de cariz ideológico entre Proponente e Oponente. O distanciamento ideológico presente no discurso polémico carrega uma forte carga emotiva; no discurso polémico as emoções surgem como resposta ao facto de não haver comunhão de racionalidade; o discurso é assim bi-polarizado e plasma diferenças de opinião profundas, a par com a dicotomização da comunidade.

Argumentação e emoção em contexto referendário

Os discursos em torno de uma campanha referendária constituem inegavelmente momentos de um processo argumentativo que, quer na sua dimensão ilocutória, quer na sua dimensão perlocutória, visam a um FAZER FAZER mais do que a um FAZER CRER: as próprias emoções tornam-se objetos do discurso. Assim, o discurso referendário é um discurso de persuasão que convoca argumentos e emoções, implicando a referenciação de estados de coisas ou eventos de modo a emocionar; este(s) discurso(s) emocionado(s) ou percorrido(s) por emoções (PLANTIN, 2000, p.137) assenta(m) em mecanismos argumentativos que o(s) configuram como uma série de interações agónicas.

No que tange aos discursos em torno da mudança de legislação respeitante à IVG, eles organizam-se em torno de dois polos antagónicos — que genericamente se dão a conhecer como o SIM e o NÃO —; verifica-se que no(s) discurso(s) de cada facção se **ouve** a voz do respetivo Oponente, a ser “ouvida” como reveladora de uma imagem negativa, à qual se associam valores, crenças e atitudes condenáveis. Os argumentos e emoções convocados por cada um estão, pois, no(s) discurso(s) do Outro.

Aprópria jurisprudência portuguesa, estipulando a necessidade de uma pergunta posta a referendo dever ser **binária, bipolar e dilemática**, define os contornos da polémica em torno de dois grandes eixos.

A presença de um destinatário — o “*Tiers*”/Terceiro de Plantin (2011) — faz parte deste contrato de comunicação: é em função do cidadão-eleitor que os discursos se configuram e se marcam por vincada heterogeneidade composicional. Veja-se que os debates na Assembleia da República passam num outro circuito que atinge o grande público: os meios de comunicação social⁶. Num contexto de “dilucidação” pré-referendária, tais discursos ganham saliência como catalizadores de ação e de intervenção social.

A mediatização na imprensa do debate sobre o abortamento constrói um espaço público onde o tema se torna um tópico de interesse público, discutido numa “arena” em resultado das operações de “focalização” e de “espetacularização”. A operação de focalização amplifica e põe em destaque o tema a debater. O discurso impõe uma representação do mundo, tematiza-o — na base do princípio de intencionalidade, como refere Charaudeau (2000) — e formata-se um espaço de confronto, de (bi)polarização e dicotomização.

Por outro lado, estratégias como a narrativa ao serviço da persuasão aproximam, emotiva e cognitivamente, o alocutário — e o Terceiro no esquema proposto por Plantin (2011) — das situações e dos intervenientes que nela se retratam. Assim, a espetacularização da mulher-vítima do abortamento (especialmente do abortamento clandestino) torna-a presente, real, junto dos destinatários. Na mesma linha, diz Charaudeau (2002) que se trata de

[...] uma atitude de dramatização, que leva o sujeito a descrever os factos relacionados com os dramas da vida, relatados com

⁶ Para além dos fóruns de discussão online, dos espaços de resposta/comentário nos jornais acessíveis no ciberespaço, por exemplo.

múltiplas analogias, comparações, metáforas, etc. Esta forma de narrar apoia-se mais em crenças do que em conhecimento, porque a questão aqui é fazer partilhar certos valores ou fazer sentir certas emoções.⁷

Por outro lado, a definição de argumentação como um “modo de construção dos discursos com o objetivo de os tornar mais resistentes à contestação”⁸ (DOURY, 2003, p. 191), sendo que a persuasão releva do perlocutório, é pertinente: em sede parlamentar, as diversas bancadas partidárias não pretendem convencer as outras, mas sim o público que está nas galerias, ou aquele que segue pela TV um debate. Há, como diz Fonseca (1994, p. 49-94) uma ampla polidestinação.

A estratégia de espetacularização assume particular relevo no seio da polémica, visto que em causa está um jogo de influência e de orientação do alocutário/destinatário num espaço político-social em que os cidadãos (incluindo os políticos que mediatizam o seu discurso apresentando-se como meros cidadãos) são agentes de mudança.

A polémica não se esgota, pois, no contexto da campanha referendária, numa resposta **sim/não**. O lexema **referendo**, pelo seu semantismo, aponta para estratégias discursivo-argumentativas conducentes a um AGIR por parte dos destinatários deste debate “situado”; os atos de posicionamento ideológico e social não podem senão gerar ciclos de discursos e contradiscursos, sendo que um ator pode assumir diversos papéis como actante, como sublinha Plantin (2011).

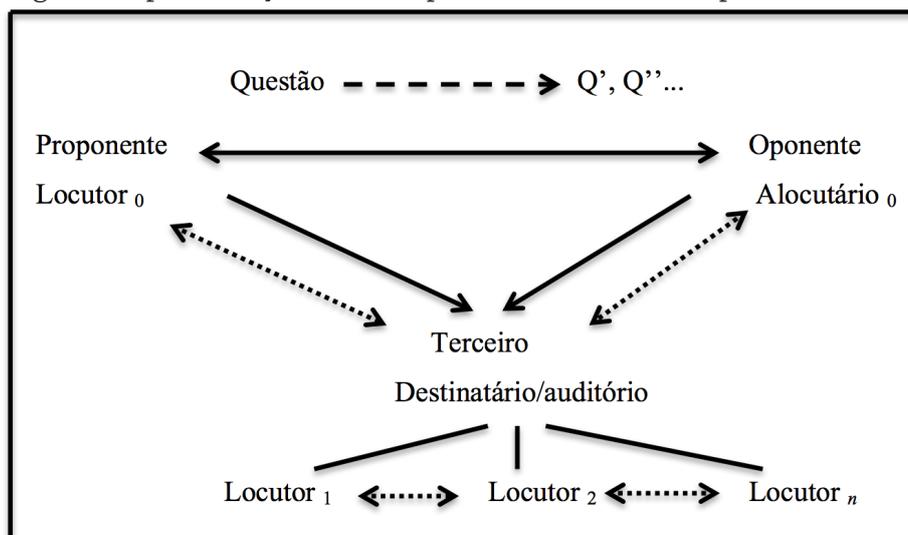
Na verdade, o debate acaba por se afastar — ou por não se cingir — à questão inicial: esta dá lugar a outras questões suscitadas pelo constante questionamento de temas derivados da questão inicial.

Assim, propomos o seguinte esquema (GIL, 2021, p. 103) para ilustrar esses ciclos e o aparecimento de novas questões:

⁷ “[...] an attitude of *dramatisation*, that brings the subject to describe the facts that concern the dramas of life, told with multiple analogies, comparisons, metaphors, etc. This way of telling leans more on beliefs than on knowledge, because the question is here about making certain values or to make feel certain emotions be shared.” Tradução nossa.

⁸ “Mode de construction des discours visant à les rendre plus résistants à la contestation”. Tradução nossa.

Fig. 1 – Representação da multiplicidade de vozes na polémica.



Fonte: Gil (2021).

Vemos que o Terceiro, o grupo de destinatários do Proponente e Oponente se assumem, por sua vez, como locutores/enunciadores.

A capacidade de levar a cabo mudanças na sociedade passa pela construção de *ethē* dignos de credibilidade, de legitimidade, dotados de poder de captação, sujeitos pelo adversário a processos de (des) legitimação e de (des)credibilização, dando lugar a espaços agónicos e, dado o tema fraturante e sensível que se debate (a IVG), processos de patemização, discursos onde a “palavra emocionada” predomina.

A presença do alocutário na materialidade discursiva revela-se de forma explícita ou de forma implícita, conforme o estatuto do alocutário e o trabalho de figuração (GOFFMAN, 1973) desenvolvido pelo locutor, em função dos objetivos que se pretende atingir.

Tal como o locutor constrói discursivamente a imagem do alocutário, o *ethos*, a imagem que o locutor pretende dar de si, é construído em função da imagem do alocutário: a fim de convencer ou seduzir o alocutário, o locutor projeta as representações que o tornarão mais credível junto dele.

Sabendo-se que a polémica visa a desqualificação do Oponente, ao locutor/Proponente não basta a construção discursiva de uma imagem negativa do adversário; a construção de um *ethos* discursivo positivo que cativasse os destinatários assume ainda maior relevância num discurso polémico, que emerge do agonismo como um discurso de poder. Vale dizer que desvalorizar ou demonizar o Outro/o adversário através de ataques *ad hominem* ou *ad personam* pode redundar na desqualificação do próprio locutor, através do chamado efeito *boomerang*. Quer dizer,

estabelecer limites na desqualificação do Outro promove o *ethos* do locutor, na medida em que este se apresenta como alguém que não necessita de atacar o *ethos* do seu oponente para validar os seus argumentos.

A agressividade que encontramos em geral no discurso político leva a que este seja considerado como um “*face-threatening genre*”; embora o discurso político parlamentar seja balizado por regras de cortesia, sucede que por vezes os limites da agressividade e da descortesia são ultrapassados⁹. Já em artigos de opinião ou nos *media* digitais, não raro o insulto e a injúria abundam. Como refere Amossy (2010), se é verdade que

Flamejar é geralmente visto como um comportamento verbal desinibido e desregulado, incluindo praguejar, insultar e usar palavrões, tendendo a aparecer com maior frequência em plataformas eletrónicas do que em interações face-a-face (*face-to-face* ou *FTF*). Praguejar, insultar, dizer palavrões.¹⁰

há que reformular a violência verbal nos seguintes termos:

Diz respeito a um modo peculiar de gestão do conflito no quadro das controvérsias online, em que aparece sob a forma de explosões verbais discretas no decurso de uma discussão que habitualmente seria não-violenta. (*idem, ibidem*)¹¹

Esta forma de violência verbal deve ser associada à polémica; ela ocorre quando no decurso de um debate político o antagonismo se torna galvanizador da expressão de estados passionais como a cólera ou a indignação. Do ponto de vista discursivo, associa-se às estratégias de descredibilização e diabolização do adversário (opponente) recorrentes na polémica.

Subjacentes à polémica, estão a dicotomização, que, em abstrato, organiza a atividade argumentativa em torno de dois polos opostos, e a polarização, operação de carácter social que está por detrás da formação de grupos que se agregam ao Proponente ou ao Oponente.

⁹ Por exemplo, em julho de 2009 o Ministro da Economia Mário Pinho viria a ser demitido por ter feito um gesto considerado insultuoso no Parlamento, facto que viria a ser noticiado até mesmo na imprensa estrangeira.

¹⁰ “Flaming has generally been viewed as an uninhibited and deregulated verbal behavior including swearing, insults and profanity, which would tend to appear more often electronically than in FTF (face-to-face) interactions.” Tradução nossa.

¹¹ “It refers to a peculiar way of conflict management in the framework of online controversies, where it appears as discrete verbal outbursts in the unfolding of an otherwise non-violent discussion.”

Nesta dinâmica, surgem frequentemente os ataques *ad hominem*, formas de desqualificar e deslegitimar o Outro, avaliações de caráter axiológico, discursos dominados por isotopias como BEM/MAL, JUSTO/INJUSTO, etc.

Como atividade argumentativa, a polémica configura-se como um modo de gestão do conflito que não tem por finalidade o acordo entre adversários. Trata-se, antes, de uma retórica do dissenso que se afasta do ideal da racionalidade (AMOSSY, 2014).

É também transgénérica, uma modalidade da argumentação situando-se no polo mais agressivo/agónico de um *continuum*.

Dissenso e impolidez

Partindo da teoria de Levinson (1978, 1987), Kerbrat-Orecchioni, introduz a noção de FFA¹², de natureza produtiva, isto é, atos “anti-ameaçadores” de face, definindo a impolidez nos seguintes termos:

Impolidez: ausência “anormal” de um marcador de polidez (saudação, agradecimento ou um atenuador esperados) no caso de impolidez negativa; presença de um marcador de impolidez (como um insulto) no caso de impolidez positiva. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2010, §9)¹³

Mas vai mais longe: tendo em conta o contexto em que atualizam quer os FTAs¹⁴ quer os FFAs, entende que é necessário introduzir as categorias de “*hyperpolitesse*”, “*non-politesse*” ou “*apolitesse*”, e “*polirudesse*” (misto de polidez e de impolidez). Como a A. sublinha, no discurso político a “hiperpolidez” acaba por redundar em “impolidez”; por outro lado, a “*non-politesse*” constitui um fenómeno esperado ou, pelo menos, sancionado em determinados contextos institucionais.

Já Culpeper propõe (após sucessivas formulações) a seguinte definição de “impolidez”¹⁵:

¹² “Face Flattering Acts” ou “atos valorizadores de face”.

¹³ “Impolitesse: absence “anormale” d’un marqueur de politesse (d’une salutation, d’un remerciement, ou d’un adoucisseur attendus) en cas d’impolitesse négative; présence d’un marqueur d’impolitesse (comme une insulte) en cas d’impolitesse positive.” Tradução nossa.

¹⁴ “Face Threatening Acts” ou “atos ameaçadores de face”.

¹⁵ Impoliteness is a negative attitude towards specific behaviours occurring in specific contexts. [...] Such behaviours always have or are presumed to have emotional consequences for at least one participant, that is, they cause or are presumed to cause offence [...].

A impolidez é uma atitude negativa perante comportamentos específicos que ocorrem em contextos específicos. [...] Esses comportamentos têm sempre ou presume-se que têm consequências emocionais para pelo menos um participante, isto é, causam ou presume-se que causam ofensa [...]. (CULPEPER, 2011, p. 23)

Trata-se, portanto, de um ato intencional A-orientado, sendo que esta formulação tem o mérito de incluir o Alocutário neste tipo de interação: cabe-lhe o papel de interpretar o ataque à sua imagem por parte do Locutor.

Como refere Charaudeau (2005), a polémica gera um espaço de interincompreensão, em que a agressão verbal e a ofensa contribuem para a bipolarização e dicotomização do debate, processos que necessariamente se plasmam nos discursos — não só no Parlamento, mas também na imprensa, onde se convocam as vozes no circuito estritamente político. (Não esqueçamos que não raro é o próprio deputado a trazer o tema no cerne no debate para a arena pública, criando encenações diversas.)

As vozes doxais, os conhecimentos partilhados e as avaliações axiológicas são dotadas de performatividade, já que estão ao serviço dos objetivos ilocutórios perseguidos. O mesmo se dirá das estratégias discursivas de patemização e espetacularização (MICHELI, 2008).

Em geral, encontramos a realização de FTAs, com vista à desqualificação do Outro e mesmo à sua diabolização. Fica implícito o encarecimento do *ethos* do alocutário, conversamente à descredibilização do Outro.

Quando nos deparamos com FFAs, verificamos que a ironia os torna em FTAs, frequentemente por via da troça ou do sarcasmo, criando a divisão e o ataque.

Os FTAs, como as acusações de hipocrisia ou de falta de verdade não serão as únicas estratégias a incitar à cólera, à indignação — ainda que sejam efeitos de patemização, viu-se já que as narrativas são estratégias onde o apelo à piedade, à indignação se podem salientar de modo ainda mais visível.

Há que vincar que a construção dos objetos de discurso se pauta pelo ponto de vista do locutor; o objeto do discurso, resultado de um trabalho de referenciação, é uma entidade tecida **no e pelo** discurso, dotado da capacidade de (re)orientar argumentativamente o fio dos discursos.

Análise de casos

Vejamos alguns excertos à luz do que acabamos de expor.¹⁶

No primeiro excerto deparamo-nos com um FFA que, efetivamente, desqualifica o Alocutário: é que da intervenção do Locutor emana uma certa ironia, um tom de condescendência. Ao reconhecer que o Oponente tem a intenção de “ajudar” e que não está a ser hipócrita, aparentemente construindo-lhe uma imagem positiva pela “convicção”, o Locutor implica que o posicionamento e as ações do Oponente são ditadas pela ignorância.

Essa acusação de ignorância e de incompreensão é reiterada posteriormente. A ignorância é **dita** de forma explícita e considerada lamentável (“é uma pena”), ativando-se uma pressuposição de falsidade no que respeita ao conteúdo das intervenções do Oponente, corroborada explicitamente por “não saiba”.

(1) Faço-lhe a justiça de considerar que a Sr.^a Deputada [Odete Santos – PCP] não tem qualquer intenção hipócrita quando faz esta proposta, muito pelo contrário estou certa de que está convicta que está a fazer o melhor pelas mulheres portuguesas. (...)

É só para dizer que eu não falei de custos, que não referi a palavra custos em toda a minha pergunta e que tenho muita pena que a Sr.^a Deputada não saiba responder.¹⁷

Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP)

DAR I nº 42, p. 10¹⁸

21/02/1997

O exemplo (2) configura vários FTAs em resposta a uma intervenção prévia de outro Oponente.¹⁹

(2) A Sr.^a **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — (...) Sr. Presidente, quero apenas dizer que duvido muito de que o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto possa dar lições a esta bancada, e a mim, como líder da bancada, sobre sensibilidade social. O que todo o seu discurso revelou foi que o Sr. Deputado apanhou um eléctrico atrasado, usando uma linguagem que mostra que não tem a menor noção do que é o sofrimento humano! (...) ²⁰

DAR I nº 42, p. 15

21/02/1997

¹⁶ Os sublinhados são da nossa responsabilidade.

¹⁷ Grifos nossos.

¹⁸ Excertos retirados do **Diário da Assembleia da República**, doravante assinalados por “DAR”. Disponível em <<https://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/DAR2Serie.aspx>>.

¹⁹ Por sinal, do deputado que apresentou o projeto-lei que viria a constituir a base da pergunta posta a referendo, pelo que se poderá pôr a hipótese de tal facto estar na base de maior agressividade neste FTA.

²⁰ Grifos nossos.

O Locutor acusa o dano sofrido por um ataque ao seu *ethos*: sublinhando a sua capacidade de se solidarizar com o sofrimento da mulher referenciada como vítima, defende-se com um FTA, cujo objetivo ilocutório é desacreditar a imagem do Oponente. Este não terá capacidade para se solidarizar ou ter sensibilidade; esta falta de credibilidade e de legitimidade revelar-se-á mesmo no discurso metaforizado como um “eléctrico atrasado”, isto é, fora da real situação configuradora de uma visão disfórica da situação da mulher em Portugal. Note-se que fica aqui implicada uma estratégia de vitimização da mulher, apelando-se a um *pathos* de piedade, por parte do Locutor: em causa está a solução para um problema, solução cuja bondade depende da adequada avaliação do estado de coisas vigente.

(3) O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto, ambos somos Deputados eleitos a esta Assembleia, pelo que gozamos da mesma legitimidade.

A Sr.^a **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Não é legitimidade, é sensibilidade!

O **Orador**: — Não sei se a Sr.^a Deputada quer invocar uma qualquer legitimidade curricular e paternal contra mim próprio, mas não creio ser essa a sua intenção. De resto, penso que esta sua intervenção não contribuiu significativamente para a elevação do debate e para a seriedade da discussão que devemos manter aqui hoje.

DAR I nº 42, p. 15

21/02/1997

Olhando para (3), o Oponente ratifica a acusação de falta de legitimidade que lhe foi dirigida, reagindo, por sua vez, com uma crítica à intervenção anterior. Tenta denegrir a imagem de quem o criticou qualificando o discurso que acabara de ouvir como pouco sério e pouco significativo — aspetos relevantes para que um político possa legitimar a sua voz (CHARAUDEAU, 2005).

No entanto, este FTA não parece ser bem-sucedido, já que a questão é posta em termo de sensibilidade e não de legitimidade, estratégia interessante do ponto de vista retórico-discursivo, já que legitimidade e sensibilidade se interligam ao longo dos debates.

Em (4), configuram-se atos ilocutórios diretivos, configurados como invetivas, quer pela repetição de verbos no modo imperativo, quer pela indicação agressiva de como o Alocutário deve ou não reagir às interpelações que lhe são dirigidas.

Trata-se, afinal, de estratégias sancionadas por um debate de contornos polémicos, sendo frequentemente o cerne da polémica objeto do discurso, como se pode ver em (5).

(4) Responda, não faça perguntas! (...)

Responda!

Nuno Correia da Silva (CDS-PP)

DAR I nº 42, p. 15

21/02/1997

(5) Trata-se, ao fim e ao cabo, de saber quem é pela verdade na lei ou pela continuação nela da mentira e da hipocrisia.

Manuel Alegre (PS)

DAR I nº 42, p. 34

21/02/1997

Em (6), a ofensa e o insulto testemunham o aumento de agressividade verbal num outro subgénero: o artigo de opinião na imprensa escrita, configurado como um apelo à ação num dado sentido. Veja-se que, de um ponto de vista textual-composicional, o Locutor dota o seu discurso de uma tonalidade panfletária, de incitamento a uma ação revolucionária.

(6) E ainda mais se desqualifica quando ouvimos e lemos o que dizem alguns dos seus arautos mais trogloditas, especializados no terrorismo verbal. (...) É também contra esta direita hipócrita, reaccionária, troglodita e ultramontana que amanhã vou votar «sim» à despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Mário Barroso

«Contra todos os trogloditas»²¹

Expresso, 26/6/98

Quanto à desqualificação do Oponente, resulta da atitude dos próprios adversários, avaliados axiologicamente de forma extremamente negativa.

Considerações finais

Pelo exposto, concluímos que as situações externas à língua têm de ser incorporadas na análise do(s) discurso(s). Há que reconhecer, como afirma Charaudeau, uma dinâmica entre o que é interno e o que é externo à atividade verbal. É o contrato de comunicação que determina o que, numa dada comunidade, é aceitável ou sancionado, em função dos interlocutores e do seu estatuto/papel, da temática e dos objetivos.

É nessa base que a polémica se define como uma atividade em que o dissenso se gere num contexto de interincompreensão e de (maior ou menor) agressividade verbal, afastando-se da razoabilidade.

²¹ Grifos nossos.

Referências

AMOSSY, R. Israel et les juifs dans l'argumentation de l'extrême droite: *doxa* et implicite. **Mots. Les langages du politique**, n. 58, 1999. p. 79-100.

AMOSSY, R. Pathos, sentiment moral et raison. L'exemple de Maurice Barrès. In: PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. **Les émotions dans les interactions**. Lyon: P.U.L., 2000. p. 313-325.

AMOSSY, R. Argumentation et Analyse du discours: perspectives théoriques et découpages disciplinaires. **Argumentation et Analyse du Discours [Em linha]**, n. 1, 2008. p. 1-16.

AMOSSY, R. Polemical Discourse On The Net: "Flames" In Argumentation. ISSA Proceedings 2010. 2010. Disponível em: <https://rozenbergquarterly.com/issa-proceedings-2010-polemical-discourse-on-the-net-flames-in-argumentation/>

AMOSSY, R. La coexistence dans le dissensus. La polémique dans les forums de discussion. *Semen*, n. 31, 2011. p. 25-42.

AMOSSY, R. **Apologie de la polémique**. Paris: P.U.F., 2014.

ANGENOT, M. **Dialogues de sourds: traité de rhétorique antilogique**. Paris: Mille et Une Nuits, 2008.

ANGENOT, M. Novas proposições para o estudo da argumentação na vida social. **EID&A Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, 2012. p. 142-155.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness: Some universals in language usage**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1987.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. Universals in language usage: Politeness phenomena. In: GOODY, E. N. (ed.). **Questions and politeness: Strategies in social interaction**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1978. p. 56-289.

CHARAUDEAU, P. L'argumentation n'est peut-être pas ce que l'on croit. **Revue Le français aujourd'hui**, n°123, Association Française des Enseignants de français, Paris, 1998. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/L-argumentation-n-est-peut-etre,223.html>.

CHARAUDEAU, P. Contrats de communication et ritualisation des débats télévisés. In: **La Télévision. Les débats culturels**. Paris: Didier Erudition, 1991.

CHARAUDEAU, P. La pathémisation à la télévision comme stratégie d'authenticité. In: PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. **Les émotions dans les interactions**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000. p. 125-155.

CHARAUDEAU, P. A communicative conception of discourse. **Discourse studies**, v. 4, n. 3. London: SAGE Publications, 2002.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dictionnaire d'Analyse du Discours**. Paris: Seuil, 2002.

CHARAUDEAU, P. **Le discours politique. Les masques du pouvoir**. Paris: Vuibert, 2005.

CHARAUDEAU, P. El contrato de comunicación en una perspectiva lingüística: Normas psicosociales y normas discursivas. **Opcion**, v. 22, n. 49. 2006. p. 38-54.

CHARAUDEAU, P. De l'argumentation entre les visées d'influence de la situation de communication. In: BOIX, C. **Argumentation, manipulation, persuasion**. Paris: P.U.F., 2007. p. 13-35.

CHARAUDEAU, P. De la "scène d'énonciation" au "contrat" et aller-retour. In: ANGERMULLER, Johannes; PHILIPPE, Gilles (dir.). **Analyse du discours et dispositifs d'énonciation. Autour des travaux de Dominique Maingueneau**. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 109-116.

CULPEPER, J. **Impoliteness: Using language to cause offence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

DOURY, M. La réfutation par accusation d'émotion. Exploitation argumentative de l'émotion dans une controverse à thème scientifique. In: PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. **Les émotions dans les intractions**. Lyon: P.U.L., 2000.

DOURY, M. Argumentation et mise en voix: les discours quotidiens sur l'immigration. In: BONDI, M.; STATI, S. (ed.). **Dialog Analysis 2000, Selected Papers from the 10th IADA Anniversary Conference, Bologna 2000**. Bologna: Niemeyer Verlag, 2003. p. 173-183.

FONSECA, J. **Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português**. Porto: Porto Editora, 1994.

FONSECA, J. Heterogeneidade na língua e no discurso. In: **Linguística e Texto / Discurso — Teoria, Descrição, Aplicação**. Lisboa: ICALP, 1992. p. 249-292.

GIL, I. F. O poder do discurso: emoções no quadro de uma consulta referendária. **REDIS: Revista de Estudos do Discurso**, 6, 2017. p. 118-138.

GIL, I. T. M. F. C. **Discurso, conflito e argumentação. Das emoções no(s) discurso(s) em contexto referendário**. Tese de dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa. Braga: 2018.

GIL, I. T. Aspectos do funcionamento discursivo no discurso político mediatizado. **RÊDIS: Revista de Estudos do Discurso**, 2, 2013. p. 73-99.

GIL, I. F. **Discurso, conflito e argumentação. Das emoções no(s) discurso(s) em contexto referendário**. Coimbra, Grácio Editor, 2021. ISBN: 978-989-53233-4-0.

GRIZE, J.-B. **Logique et Langage**. Paris: Phrys, 1997.

GOFFMAN, E. **La mise en scène de la vie quotidienne**. Paris: Éditions de Minuit, 1973.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Le discours polémique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'impolitesse en interaction. **Lexis**, HS 2, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lexis/796>.

MARQUES, A. **Funcionamento do Discurso Político Parlamentar: a organização enunciativa no debate da Interpelação ao Governo**. Braga: Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH). Universidade do Minho, 2000.

MICHELI, R. L'analyse argumentative en diachronie: le pathos dans les débats parlementaires sur l'abolition de la peine de mort. **Argumentation et Analyse du Discours**, 1, 2008. Disponível em: <http://aad.revues.org/482>.

PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. **Les émotions dans les interactions**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

PLANTIN, C. Analyse et critique du discours argumentatif. In: AMOSSY, R.; Koren, R.. **Après Perelman**. Paris: L'Harmattan, 2002. p. 229-263.